

**Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Judiciária
Especialidade Execução de Mandados**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação****INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Fora com a dignidade

Acho ótimo que a Igreja Católica tenha escolhido a saúde pública como tema de sua campanha da fraternidade deste ano. Todas as burocracias – e o SUS não é uma exceção – têm a tendência de acomodar-se e, se não as sacudirmos de vez em quando, caem na abulia. É bom que a Igreja use seu poder de mobilização para cobrar melhorias.

Tenho dúvidas, porém, de que o foco das ações deva ser o combate ao que dom Odilo Scherer, numa entrevista, chamou de terceirização e comercialização da saúde. É verdade que colocar um preço em procedimentos médicos nem sempre leva ao melhor dos desfechos, mas é igualmente claro que consultas, cirurgias e drogas têm custos que precisam ser gerenciados. Ignorar as leis de mercado, como parece sugerir dom Odilo, provavelmente levaria o sistema ao colapso, prejudicando ainda mais os pobres.

Para o religioso, é “a dignidade do ser humano” que deve servir como critério moral na tomada de decisões relativas a vida e morte. O problema com a “dignidade” é que ela é subjetiva demais. A pluralidade de crenças e preferências do ser humano é tamanha que o termo pode significar qualquer coisa, desde noções banais, como não humilhar desnecessariamente o paciente (forçando-o, por exemplo, a usar aqueles horríveis aventais vazados atrás), até a adesão profunda a um dogma religioso (há confissões que não admitem transfusões de sangue).

Numa sociedade democrática não podemos simplesmente apanhar uma dessas concepções e elevá-la a valor universal. E, se é para operar com todas as noções possíveis, então já não estamos falando de dignidade, mas, sim, de respeito à autonomia do paciente, conceito que a substitui sem perdas.

(Hélio Schwartzman. **Folha de S. Paulo**, março/2012)

1. Ao mesmo tempo em que reconhece a importância de a Igreja Católica ter escolhido a saúde como tema da campanha da fraternidade, o autor **NÃO aprova** que o foco das ações deva ser, como propõe dom Odilo Scherer,
- (A) o apoio às iniciativas que valorizem sobretudo os serviços terceirizados no campo da saúde.
 - (B) a franca resistência às iniciativas comerciais que subordinam as questões da saúde às leis do mercado.
 - (C) a transferência de responsabilidades na área da saúde, de modo a privilegiar as empresas mais habilitadas.
 - (D) a estatização dos serviços essenciais, a fim de harmonizar o interesse público e as leis do livre mercado.
 - (E) a clara demarcação entre o que compete ao Estado e o que compete à iniciativa privada, na área da saúde.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O título do texto é inteiramente irônico, pois ao longo dele o autor valoriza, exatamente, o que costuma ser definido como “a dignidade do ser humano”.
- II. A despeito da pluralidade de crenças religiosas, o autor acredita que a base de todas elas está no que se pode definir como *respeito à autonomia do paciente*.
- III. O conceito de *dignidade* é questionado pelo autor, que não o acolhe como uma concepção bem determinada e de valor universal.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. A frase em que se afirma uma posição inteiramente **contrária** às convicções do autor do texto é:

- (A) Em virtude de se apoiar na subjetividade humana, o conceito de dignidade não se determina de modo claro e insofismável.
- (B) A variedade das reações e interdições que as crenças impõem a tratamentos de saúde indica a pluralidade dos valores subjetivos.
- (C) Os mais pobres seriam os mais prejudicados, caso se levasse a efeito alguma proposta baseada na posição de dom Odilo Scherer.
- (D) Ignorar todas as leis de mercado, na área da saúde, redundaria na impossibilidade de funcionamento do sistema.
- (E) Numa sociedade democrática, o gerenciamento de custos na área da saúde não pode levar em conta as leis do mercado.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) *têm a tendência de acomodar-se* (1º parágrafo) = reiteram uma conciliação
- (B) *nem sempre leva ao melhor dos desfechos* (2º parágrafo) = amiúde vai ao encontro dos seus objetivos
- (C) *têm custos que precisam ser gerenciados* (2º parágrafo) = há os ônus que requerem ratificação
- (D) *adesão profunda a um dogma* (3º parágrafo) = plena aceitação de um rígido preceito
- (E) *elevá-la a valor universal* (4º parágrafo) = reconhecê-la como plenamente aceitável



5. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto.
- (A) Presume-se que o autor não defenda a ideia de que deva o Estado assumir inteira responsabilidade pela prestação de quaisquer serviços públicos de alto custo.
- (B) Não seria possível, para o autor, que os serviços mais onerosos aos cofres públicos compitam ao Estado resolver com seus próprios meios.
- (C) Uma vez que se atendam as leis do mercado, até mesmo o Estado poderia precaver as ações na área da saúde, sem desmerecer uma sociedade democrática.
- (D) Entre o que se prega nas religiões e o que implica as leis de mercado, as questões de saúde nada têm a haver com a suposta dignidade humana.
- (E) Apenas nas crenças que não operam restrições a medidas de saúde, leva-se em conta o valor universal da dignidade humana, para ser bem demonstrado.
-
6. O verbo indicado entre parênteses deve flexionar-se no **plural** para preencher corretamente a lacuna da seguinte frase:
- (A) Nenhuma das concepções de dignidade, postuladas por diferentes crenças, (**alcançar**) uma validade efetivamente universal.
- (B) Não se (**atribuir**) às burocracias, nesse texto, o mérito de tomar a iniciativa de atender aos interesses públicos.
- (C) A terceirização e a comercialização da saúde, para dom Odilo Scherer, (**constituir**) um profundo desrespeito aos mais pobres.
- (D) Raramente se (**dispensar**) aos mais pobres o mesmo cuidado médico das clínicas particulares.
- (E) Quantas vezes já se (**aplicar**) aos burocratas dos serviços essenciais alguma sanção por sua negligente abulia?
-
7. *É verdade que colocar um preço em procedimentos médicos nem sempre leva ao melhor dos desfechos.*
- O sentido essencial e a correção da frase acima mantêm-se na seguinte construção:
- (A) Nem sempre é certo que a melhor finalidade se alcança através de procedimentos médicos aos quais incorre um determinado preço.
- (B) Nada garante, de fato, que estipular um pagamento por procedimentos médicos implique a melhor solução de um caso.
- (C) Uma ótima conclusão não é simplesmente obtida em favor de se haver afixado um preço aos procedimentos médicos.
- (D) A despeito de se estipular um preço para procedimentos médicos, não é usual que cheguem a um termo satisfatório.
- (E) Pela razão de se taxar procedimentos médicos não redundam automaticamente no melhor dos benefícios.
-
8. No contexto do 4º parágrafo, o segmento *conceito que a substitui sem perdas* deve ser entendido mais explicitamente como:
- (A) A dignidade é substituída, sem perdas, pelo conceito de autonomia do paciente.
- (B) A dignidade substitui, sem perdas, o conceito de autonomia do paciente.
- (C) A autonomia do paciente deve ser substituída, sem perdas, pela dignidade dele.
- (D) Substituem-se, sem perdas, tanto o conceito de dignidade como o de autonomia do paciente.
- (E) A autonomia do paciente só será substituída sem perdas no caso de haver nele dignidade.
-
9. Atente para as seguintes frases:
- I. Seria ótimo que a Igreja Católica venha a escolher, no próximo ano, um tema tão importante como o que já elegera para a campanha da fraternidade deste ano.
- II. Se todas as religiões adotassem exatamente o mesmo sentido para o termo **dignidade**, este alcançaria o valor universal que cada uma delas postula.
- III. Quando viermos a nos entender quanto ao que fosse **dignidade**, esse termo poderia ser utilizado sem gerar tantas controvérsias.
- Ocorre adequada correlação entre os tempos e os modos verbais no que está em
- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.
-
10. A pontuação está plenamente adequada na seguinte frase:
- (A) O autor ainda que de modo respeitoso, não deixa de discordar de dom Odilo Scherer, que se pronunciou numa entrevista recente, a respeito da cobrança segundo ele inadmissível por serviços de saúde.
- (B) O autor, ainda que de modo respeitoso não deixa de discordar de dom Odilo Scherer, que se pronunciou, numa entrevista recente a respeito da cobrança, segundo ele inadmissível, por serviços de saúde.
- (C) O autor, ainda que, de modo respeitoso, não deixa de discordar de dom Odilo Scherer, que se pronunciou numa entrevista recente a respeito da cobrança, segundo ele inadmissível, por serviços de saúde.
- (D) O autor, ainda que de modo respeitoso, não deixa de discordar de dom Odilo Scherer, que se pronunciou, numa entrevista recente, a respeito da cobrança, segundo ele inadmissível, por serviços de saúde.
- (E) O autor, ainda que de modo respeitoso não deixa de discordar, de dom Odilo Scherer, que se pronunciou, numa entrevista, recente, a respeito da cobrança segundo ele, inadmissível, por serviços de saúde.

**Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático**

11. Na câmara dos deputados de um país, 37% dos deputados compõem a base de sustentação do governo, sendo o restante da oposição. Se 2 em cada 9 deputados da oposição passarem para o bloco governista, os deputados oposicionistas ficarão reduzidos a 294. Dessa forma, a base de sustentação do governo é atualmente composta por
- (A) 222 deputados.
(B) 240 deputados.
(C) 252 deputados.
(D) 259 deputados.
(E) 296 deputados.

12. Quando o usuário digita na tela um número positivo n , um programa de computador executa a seguinte sequência de operações:
- I. Soma 0,71 ao número n .
II. Extrai a raiz quadrada do resultado obtido em (I).
III. Multiplica o resultado obtido em (II) por 7,2.
IV. Escreve na tela o resultado obtido em (III).

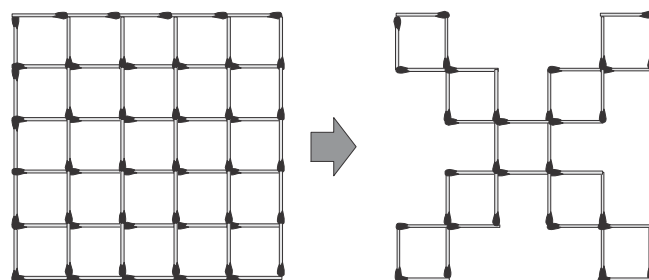
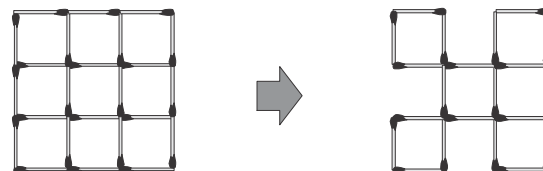
Após digitar na tela um número positivo, um usuário observou que esse programa escreveu na tela o número 15,12. O número digitado por esse usuário foi

- (A) 3,3.
(B) 3,4.
(C) 3,5.
(D) 3,6.
(E) 3,7.
13. Os Jogos Pan-americanos ocorrem de 4 em 4 anos, as eleições gerais na Índia ocorrem de 5 em 5 anos e o Congresso Internacional de Transportes a Cabo ocorre de 6 em 6 anos. Se esses eventos aconteceram em 1999, a próxima vez que os três voltarão a ocorrer num mesmo ano será em
- (A) 2119.
(B) 2059.
(C) 2044.
(D) 2029.
(E) 2023.

14. Um mecânico sabe que todo veículo de determinada marca, quando apresenta algum problema no sistema de freios, automaticamente aciona um bloqueio que impede que seja dada a partida no veículo. Dois veículos X e Y dessa marca foram levados à oficina desse mecânico com algum problema. No veículo X, a partida podia ser dada normalmente, mas no veículo Y ela estava bloqueada. A partir dessas informações, o mecânico concluiu que

- (A) tanto o veículo X quanto o veículo Y certamente apresentavam algum problema no sistema de freios.
(B) o veículo X podia ou não apresentar algum problema no sistema de freios, enquanto que o veículo Y certamente apresentava.
(C) o veículo X certamente não apresentava problema no sistema de freios, mas o veículo Y certamente apresentava.
(D) o veículo X certamente não apresentava problema no sistema de freios, enquanto que o veículo Y podia ou não apresentar.
(E) tanto o veículo X quanto o veículo Y certamente não apresentavam qualquer problema no sistema de freios.

15. Partindo de um quadriculado $n \times n$ formado por palitos de fósforo, em que n é um número ímpar maior ou igual a 3, é possível, retirando alguns palitos, obter um "X" composto por $2n-1$ quadrados. As figuras a seguir mostram como obter esse "X" para quadriculados 3×3 e 5×5 .



Seguindo o mesmo padrão dos exemplos acima, partindo de um quadriculado 9×9 , o total de palitos que deverão ser retirados para obter o "X" é igual a

- (A) 64.
(B) 96.
(C) 112.
(D) 144.
(E) 168.

**Noções de Gestão Pública**

16. A gestão de qualidade total aplicada a organizações do setor público deve priorizar, entre outras práticas,
- (A) a instituição de programas de treinamento voltados ao aperfeiçoamento de técnicas que melhorem a produtividade individual.
 - (B) a introdução do uso de metas numéricas, lemas, *slogans* e pôsteres para estimular a mão de obra a trabalhar melhor.
 - (C) o enxugamento de pessoal por meio da redução de níveis hierárquicos visando à redução de custos.
 - (D) a reestruturação, de forma radical, dos processos organizacionais visando a alcançar drásticas melhorias em indicadores críticos de desempenho em relação ao custeio.
 - (E) o rompimento de barreiras entre os departamentos, encorajando as soluções dos problemas por meio do trabalho em equipe.
-
17. O desenvolvimento da capacidade de governança aplicada às organizações públicas foca, principalmente,
- (A) o desenvolvimento de estratégias de fortalecimento da burocracia profissional, por meio da universalização dos concursos públicos, redução dos cargos comissionados e eliminação da terceirização na administração pública.
 - (B) as questões ligadas ao formato político-institucional dos processos decisórios, a definição do mix apropriado do público/privado nas políticas, a participação e a descentralização, assim como o escopo global dos programas.
 - (C) a reforma do regime político, reduzindo a necessidade de coalizões amplas de sustentação do governo e aperfeiçoamento de técnicas de planejamento estratégico na gestão dos programas ministeriais.
 - (D) a redução da máquina burocrática, especialmente nos níveis gerenciais, introduzindo métodos de contratação de gestores semelhantes aos da iniciativa privada.
 - (E) a introdução da gestão por resultados, a redução dos níveis hierárquicos e maior autonomia gerencial para os níveis operacionais, responsáveis pela implementação dos programas governamentais.
-
18. O tipo de cultura organizacional que predomina na administração pública burocrática é a cultura
- (A) do poder.
 - (B) da tarefa.
 - (C) dos papéis.
 - (D) da pessoa.
 - (E) do resultado.
-
19. Para focalizar adequadamente os objetivos da organização, quando esta utiliza o método do planejamento estratégico, o gestor deve, primeiramente,
- (A) analisar as oportunidades e ameaças ambientais, assim como as potencialidades e vulnerabilidades internas da organização.
 - (B) definir o ambiente de tarefa, incluindo os usuários dos serviços, os fornecedores, os concorrentes e os órgãos reguladores.
 - (C) realizar uma análise detalhada das condições estruturais da organização, especialmente seus recursos financeiros, tecnológicos e humanos.
 - (D) motivar os colaboradores a implementar as mudanças necessárias para tornar viável o planejamento estratégico, especialmente no nível operacional.
 - (E) selecionar e treinar uma equipe qualificada para trabalhar alinhada ao planejamento estratégico e treinar suas lideranças para garantir o sucesso do projeto.
-
20. A concepção de gestão por competências pressupõe a focalização prioritária nas competências
- (A) educacionais.
 - (B) individuais.
 - (C) gerenciais.
 - (D) essenciais.
 - (E) funcionais.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. O voto é uma das principais armas da Democracia, pois permite ao povo escolher os responsáveis pela condução das decisões políticas de um Estado. Quem faz mau uso do voto deixa de zelar pela boa condução da política e põe em risco seus próprios direitos e deveres, o que afeta a essência do Estado Democrático de Direito. Dentre os fundamentos da República Federativa do Brasil, expressamente previstos na Constituição, aquele que mais adequadamente se relaciona à ideia acima exposta é a
- (A) soberania.
(B) prevalência dos direitos humanos.
(C) cidadania.
(D) independência nacional.
(E) dignidade da pessoa humana.
22. O Procurador-Geral da República ajuíza ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF) em face de emenda constitucional, a qual é julgada procedente, com efeito *ex nunc*. Neste caso,
- (A) há vício de propositura, pois o Procurador-Geral da República não é legitimado para propor ação declaratória de constitucionalidade.
(B) a sentença poderá adquirir abrangência *erga omnes* caso o STF comunique o Senado Federal e este amplie os efeitos da aplicação da lei declarada constitucional.
(C) o efeito da decisão está incorreto, pois, no caso de julgamento procedente de ação declaratória de constitucionalidade, será *ex tunc*.
(D) há vício quanto ao objeto da ação, pois a ação declaratória de constitucionalidade não pode abarcar o exame de emenda constitucional.
(E) para que a decisão tenha eficácia *erga omnes*, o STF deverá editar súmula vinculante mediante decisão de dois terços de seus membros.
23. Um juiz de primeiro grau, ao declarar a inconstitucionalidade de lei em sentença,
- (A) pode, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, determinar que a declaração de inconstitucionalidade tenha eficácia *erga omnes* ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado.
(B) realiza controle de constitucionalidade difuso, no qual o exame da compatibilidade de uma lei com a Constituição é incidental e relacionado a um determinado caso concreto.
(C) deve demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso como condição preliminar de mérito da decisão.
(D) deve submeter sua decisão ao duplo grau de jurisdição para que o exame da constitucionalidade da lei seja realizado por um Tribunal, em respeito à cláusula constitucional de reserva de plenário.
(E) deve comunicar ao Supremo Tribunal Federal o teor de sua decisão para fins de uniformização jurisprudencial, evitando-se, futuramente, decisões contraditórias em matéria de controle de constitucionalidade.
24. Estão no rol dos direitos sociais, segundo previsão expressa da Constituição:
- (A) assistência aos desamparados, propriedade e liberdade.
(B) saúde, educação e felicidade.
(C) segurança, saúde e liberdade.
(D) moradia, alimentação e felicidade.
(E) alimentação, lazer e proteção à maternidade.
25. Compete privativamente ao Presidente da República
- (A) nomear, após a aprovação do Congresso Nacional, Ministros do Supremo Tribunal Federal.
(B) celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional.
(C) exercer, com o auxílio dos Deputados e Senadores, a direção superior da administração federal.
(D) nomear e exonerar Ministros de Estado com a anuência do Congresso Nacional.
(E) prestar, trimestralmente, ao Senado Federal, as contas referentes ao exercício de seu mandato.
26. Determina a Constituição que *Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional*. Esta regra constitucional aplica-se no caso de competência
- (A) comum.
(B) reservada.
(C) suplementar.
(D) concorrente.
(E) remanescente.
27. Em relação à Justiça do Trabalho, analise as seguintes assertivas:
- I. São órgãos da Justiça do Trabalho: o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e os Juizes do Trabalho.
II. Funcionará, junto ao Tribunal Superior do Trabalho, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.
III. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) I e II, apenas.
(E) I, II e III.



Direito Administrativo

28. De acordo com a Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a investidura em cargo público ocorre com
- (A) a nomeação.
 (B) a aprovação em concurso público.
 (C) a posse.
 (D) o provimento.
 (E) a habilitação, após a comprovação da aptidão física.
-
29. João, servidor público da administração direta federal, foi eleito para o cargo de Prefeito em seu Município. De acordo com as disposições constitucionais e legais aplicáveis à espécie, ele
- (A) poderá solicitar afastamento do cargo ou licença parcial com redução proporcional da remuneração.
 (B) deverá ser exonerado do cargo, pois se trata de cumulação vedada com impossibilidade de afastamento.
 (C) poderá solicitar exoneração a pedido e reversão ao cargo de origem ao final do mandato.
 (D) ficará afastado do cargo durante o período de mandato, podendo optar entre a remuneração do cargo público ou do eletivo.
 (E) poderá permanecer em exercício no cargo de origem, desde que comprove a compatibilidade de horários e atribuições.
-
30. A respeito do regime jurídico das entidades integrantes da Administração Pública indireta é correto afirmar que é
- (A) de direito privado para as empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade econômica, sem prejuízo da aplicação dos princípios constitucionais da Administração Pública.
 (B) de direito público para as fundações, autarquias e empresas públicas e de direito privado para as sociedades de economia mista.
 (C) sempre de direito privado, parcialmente derogado pelas prerrogativas e sujeições decorrentes dos princípios aplicáveis à Administração pública.
 (D) sempre de direito público, exceto para as entidades caracterizadas como agências executivas ou autarquias de regime especial.
 (E) sempre de direito privado, em relação à legislação trabalhista e tributária, e de direito público em relação aos bens afetados ao serviço público.
-
31. De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, a responsabilidade civil do Estado depende necessariamente
- (A) da comprovação de conduta comissiva dolosa ou omissiva culposa do agente público.
 (B) do nexo de causalidade entre a ação ou omissão de seus agentes e o dano causado a terceiros.
 (C) da prévia condenação do agente público em procedimento disciplinar.
 (D) da comprovação da falha na prestação do serviço ou conduta dolosa do agente público.
 (E) da omissão de agente público, consubstanciada na negligência na prestação do serviço.
-
32. A respeito dos princípios e regime jurídico aplicável ao serviço público é correto afirmar que
- (A) o princípio da universalidade veda a exploração por regime de concessão de serviços de natureza essencial.
 (B) a modicidade tarifária impõe a obrigação do poder concedente de subsidiar a prestação de serviço público por concessionários ou permissionários quando o mesmo se mostrar deficitário.
 (C) o princípio da universalidade e da igualdade dos usuários veda a suspensão da prestação de serviço público por inadimplemento do usuário.
 (D) o princípio da continuidade do serviço público impede a Administração de encampar o serviço enquanto não selecionar, por procedimento licitatório, nova concessionária ou permissionária.
 (E) o princípio da continuidade do serviço público impede o concessionário de rescindir unilateralmente o contrato no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, devendo intentar ação judicial para esse fim.
-
33. De acordo com a Lei nº 8.429/92, os atos de improbidade administrativa
- (A) que causem enriquecimento ilícito ou lesão ao patrimônio público ensejam a possibilidade de obter a indisponibilidade de bens do indiciado.
 (B) somente podem ser considerados lesivos ao patrimônio público quando decorrentes de conduta dolosa do agente.
 (C) permitem a aplicação de sanções pecuniárias apenas na hipótese de ensejarem enriquecimento ilícito.
 (D) que atentem contra os princípios da Administração pública pressupõem, como sujeito ativo, agente público.
 (E) que ensejam lesão ao patrimônio público pressupõem o enriquecimento ilícito pelo agente público.
-
34. Um dos instrumentos existentes para o exercício do controle judicial da atividade administrativa é a ação popular, sendo correto afirmar que
- (A) determina a integração obrigatória, no polo passivo da lide, da pessoa jurídica de direito público da qual emanou o ato impugnado.
 (B) determina a integração obrigatória, no polo ativo da lide, da pessoa de direito público da qual emanou o ato impugnado.
 (C) pressupõe a comprovação da lesão ao patrimônio público, não sendo suficiente a lesão à moralidade administrativa.
 (D) somente pode ser intentada por cidadão no gozo dos direitos políticos.
 (E) pode ser intentada por qualquer cidadão brasileiro, nato ou naturalizado, e pelo Ministério Público.

**Direito do Trabalho**

35. Conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, em relação aos sujeitos do contrato de trabalho, é INCORRETO afirmar que
- (A) será considerado empregado aquele que presta serviços de forma pessoal e natureza não eventual, mediante retribuição pecuniária e sob a dependência do empregador.
 - (B) as instituições de beneficência e os profissionais liberais que admitirem trabalhadores como empregados equiparam-se ao empregador.
 - (C) o tempo em que o empregado estiver à disposição do empregador, aguardando ordens de serviço, considera-se como de serviço efetivo, salvo disposição especial expressamente consignada.
 - (D) não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego.
 - (E) não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, exceto quanto ao trabalho intelectual, técnico e manual, em razão das suas peculiaridades.
36. Nos termos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho, o contrato
- (A) individual de trabalho não pode ser acordado verbalmente.
 - (B) de experiência não poderá exceder o prazo de 90 (noventa) dias.
 - (C) individual será obrigatoriamente alterado, caso haja mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa.
 - (D) de trabalho por prazo determinado poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, havendo mútuo consentimento das partes.
 - (E) de trabalho por prazo determinado poderá ser prorrogado mais de uma vez, dentro do prazo máximo estipulado, sem que passe a vigorar sem determinação de prazo.
37. Em relação à jornada de trabalho e períodos de descanso previstos na Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar que:
- (A) Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de onze horas consecutivas para descanso.
 - (B) Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de dez minutos, observado o limite máximo de vinte minutos diários.
 - (C) Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração não exceda de seis horas, será obrigatório um intervalo para repouso ou alimentação de trinta minutos quando a duração ultrapassar quatro horas.
 - (D) Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de seis horas, será obrigatório um intervalo para repouso ou alimentação de uma hora no mínimo, que poderá ser reduzido por acordo individual entre empregado e empregador.
 - (E) A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de três por dia, mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho.
38. Quanto ao trabalho do menor, nos termos da legislação trabalhista consolidada, é INCORRETO afirmar que
- (A) não será permitido ao menor o trabalho nos locais e serviços perigosos ou insalubres, constantes de quadro para esse fim aprovado pela Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho.
 - (B) quando o menor de 18 (dezoito) anos for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho de cada um serão totalizadas.
 - (C) é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
 - (D) é lícito ao menor firmar recibo pelo pagamento dos salários, bem como, tratando-se de rescisão do contrato de trabalho, dar quitação ao empregador pelo recebimento da indenização que lhe for devida, sem assistência dos seus responsáveis legais.
 - (E) se aplica ao menor a vedação do serviço que demande o emprego de força muscular superior a 20 (vinte) quilos para o trabalho contínuo, ou 25 (vinte e cinco) quilos para o trabalho ocasional; exceto em caso da remoção de material feita por impulso ou tração de vagonetes sobre trilhos, de carros de mão ou quaisquer aparelhos mecânicos.
39. Carlus trabalha em um posto de abastecimento de combustíveis. Exerce as funções de frentista, cuja atividade principal é abastecer os veículos com combustível direto da bomba. Recebe salário base e vale refeição. Pelo exercício das suas funções, nos termos da legislação aplicável à matéria, Carlus faz jus ao pagamento do adicional de
- (A) penosidade no valor correspondente a 40% sobre o salário mínimo.
 - (B) insalubridade no percentual de 10%, 20% ou 40% do salário mínimo.
 - (C) periculosidade no percentual de 30% do salário contratual.
 - (D) periculosidade no percentual 10%, 20% ou 40% do salário mínimo.
 - (E) penosidade no percentual de 30% do salário contratual.
40. Afrodite trabalhou para a empresa Seguradora Integral S/A por três anos exercendo as funções de analista de seguros sênior. Por força do contrato, era fornecida gratuitamente refeição para todos os empregados no refeitório da empresa. Além disso, ela recebia salário base, acrescido de comissões, assistência médica mediante seguro de saúde. A empresa forneceu um automóvel para Afrodite utilizar apenas em seus deslocamentos para o trabalho e retorno, bem como pagou o aluguel de seu apartamento. A empresa não estava inscrita no PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador. Conforme normas sobre remuneração contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, além do salário base, possuem natureza salarial, as verbas referentes a
- (A) comissões, refeição e aluguel do apartamento.
 - (B) refeição, automóvel e aluguel do apartamento.
 - (C) comissões, assistência médica e automóvel.
 - (D) assistência médica, aluguel do apartamento e automóvel.
 - (E) comissões, refeição e automóvel.



41. Analisando-se as normas legais relativas ao instituto da prescrição no Direito do Trabalho, é correto afirmar:
- (A) Contra menores de 21 (vinte e um) anos não corre nenhum prazo de prescrição.
- (B) O direito de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em três anos para contrato em vigor e encerrados.
- (C) O direito de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.
- (D) Não corre prazo de prescrição para as ações que tenham por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social.
- (E) A prescrição do direito de reclamar a concessão das férias ou o pagamento da respectiva remuneração será sempre contada da cessação do contrato de trabalho.
-
42. Marius foi contratado por prazo indeterminado pela empresa Alfa Contabilidade Empresarial. Após onze meses de trabalho, recebeu um comunicado escrito da sua dispensa sem justa causa, com a determinação para trabalhar durante o período de aviso prévio. Na presente situação, conforme legislação aplicável ao aviso prévio, é correto afirmar:
- (A) O horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso, será reduzido de 1 (uma) hora diária, sem prejuízo do salário integral.
- (B) É facultado ao empregado faltar ao serviço, sem prejuízo do salário integral, por 7 (sete) dias corridos.
- (C) Dado o aviso prévio, a rescisão torna-se efetiva depois de expirado o respectivo prazo, mas, se a parte notificante reconsiderar o ato, antes de seu termo, à outra parte é obrigada a aceitar a reconsideração.
- (D) Mesmo que o empregado, durante o prazo do aviso prévio, cometa qualquer das faltas consideradas pela lei como justas para a rescisão, ele não perde o direito ao restante do respectivo prazo.
- (E) O reajuste salarial coletivo, determinado no curso do aviso prévio, beneficia o empregado pré-avisado da despedida, salvo na hipótese de ter recebido antecipadamente os salários correspondentes ao período do aviso.
-
43. Conforme previsão contida na Consolidação das Leis do Trabalho, para o trabalhador urbano considera-se noturno o trabalho executado entre as
- (A) 21 (vinte e uma) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte.
- (B) 20 (vinte) horas de um dia e as 4 (quatro) horas do dia seguinte.
- (C) 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte.
- (D) 20 (vinte) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte.
- (E) 21 (vinte e uma) horas de um dia e as 6 (seis) horas do dia seguinte.
-
44. Em se tratando de Comissões de Conciliação Prévia – CCP, conforme determina a legislação trabalhista, é correto afirmar:
- (A) As empresas e os sindicatos podem instituir Comissões de Conciliação Prévia, de composição paritária, com representantes dos empregados e dos empregadores, não se admitindo a sua constituição por grupo de empresas ou em caráter intersindical.
- (B) Caso exista, na mesma localidade e para a mesma categoria, Comissão de empresa e Comissão sindical, o interessado deverá submeter a sua demanda perante a sindical.
- (C) O mandato dos membros da CCP, titulares e suplentes, é de dois anos, permitida duas reconduções.
- (D) É vedada a dispensa dos membros da CCP, titulares e suplentes, até seis meses após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave, nos termos da lei.
- (E) Aceita a conciliação, será lavrado termo assinado pelo empregado, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros da Comissão, sendo que o termo de conciliação é título executivo extrajudicial.
-
- Direito Processual do Trabalho**
45. Quanto às regras aplicáveis a jurisdição e competência, é INCORRETO afirmar:
- (A) Para efeito de jurisdição dos Tribunais Regionais do Trabalho, o território nacional é dividido em 24 (vinte e quatro) regiões.
- (B) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações entre trabalhadores portuários e os operadores portuários ou o Órgão Gestor de Mão de Obra – OGMO decorrentes da relação de trabalho.
- (C) Compete às Varas do Trabalho conciliar e julgar os dissídios resultantes de contratos de empreitadas em que o empreiteiro seja operário ou artífice.
- (D) Compete aos Tribunais Regionais do Trabalho determinar às Varas do Trabalho a realização dos atos processuais e diligências necessárias ao julgamento dos feitos sob sua apreciação.
- (E) A competência das Varas do Trabalho é determinada pela localidade da contratação do empregado, reclamante ou reclamado, independente do local da prestação dos serviços ao empregador.
-
46. Conforme regra contida na Consolidação das Leis do Trabalho, contam-se os prazos processuais com a
- (A) inclusão do dia do vencimento e são contínuos.
- (B) exclusão do dia do vencimento e se interrompem nos feriados.
- (C) exclusão do dia do começo e são absolutamente improrrogáveis.
- (D) inclusão do dia do começo e são contínuos.
- (E) inclusão do dia do vencimento, sendo que apenas os que vencerem em feriados terminarão no dia seguinte.



47. A empresa Margarida Confeitaria Ltda., em reclamação trabalhista em que é ré, apresentou na audiência em sua defesa uma exceção. Em relação às exceções no processo do trabalho é correto afirmar:
- (A) Apresentada exceção de incompetência, abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por 48 (quarenta e oito) horas, que poderão ser prorrogadas por igual prazo pelo Juiz, em caso de complexidade da matéria, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência ou sessão que se seguir.
 - (B) Apresentada exceção de suspeição, o juiz designará audiência dentro de 05 (cinco) dias para instrução e julgamento da exceção.
 - (C) Se o recusante houver praticado algum ato pelo qual haja consentido na pessoa do juiz, não poderá alegar exceção de suspeição, salvo sobrevivendo novo motivo.
 - (D) O juiz é obrigado a dar-se por suspeito, e pode ser recusado, por parentesco por consanguinidade ou afinidade até o quarto grau civil.
 - (E) A exceção de suspeição será admitida ainda que o recusante procurou de propósito o motivo de que ela se originou.
48. Rafus ajuizou reclamação trabalhista em face da sua empregadora a empresa Alfa & Beta Comunicações, pleiteando o pagamento de verbas rescisórias. Houve a determinação de ser emendada a petição inicial no prazo de 10 dias. Tal determinação não foi cumprida, razão pela qual ocorreu a extinção do processo sem resolução ou julgamento do mérito. Nesta situação, sobre as custas
- (A) relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 1% e serão calculadas sobre o valor da causa.
 - (B) relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 1% observado o mínimo legal e serão calculadas sobre o valor arbitrado pelo juiz.
 - (C) relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% e serão calculadas sobre o valor estimado da condenação da ação.
 - (D) relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% observado o mínimo legal e serão calculadas sobre o valor da causa.
 - (E) haverá isenção do pagamento em razão da não apreciação do mérito da ação.
49. Em se tratando de embargos à execução e impugnação à sentença no processo do trabalho, é correto afirmar:
- (A) É vedada a dilação probatória nos embargos à execução.
 - (B) Não é necessária a garantia do juízo ou penhora de bens para apresentação de embargos à execução.
 - (C) O prazo do executado para apresentar embargos à execução é de 5 (cinco) dias, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.
 - (D) A matéria da defesa dos embargos é ampla, podendo rediscutir as bases do título executivo judicial.
 - (E) A sentença de liquidação não poderá ser impugnada pelo executado ou exequente por meio de embargos à penhora.
50. Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, em relação à matéria de nulidades, é correto afirmar que:
- (A) As nulidades somente serão declaradas se forem arguidas em recurso de revista ao TST.
 - (B) A nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam consequência.
 - (C) O juiz ou Tribunal que pronunciar a nulidade não precisa declarar os atos a que se estende.
 - (D) Ainda que seja possível repetir-se o ato, a nulidade será pronunciada.
 - (E) Ainda que dos atos inquinados não resulte manifesto prejuízo às partes, a nulidade deverá ser declarada de ofício pelo juiz.
51. Quanto aos serviços auxiliares da Justiça do Trabalho, é INCORRETO afirmar:
- (A) Compete à secretaria das Varas do Trabalho o recebimento, a autuação, o andamento, a guarda e a conservação dos processos e outros papéis que lhe forem encaminhados.
 - (B) Nas localidades em que existir mais de uma Vara do Trabalho compete ao distribuidor a distribuição, pela ordem rigorosa de entrada, e sucessivamente a cada Vara, dos feitos que, para esse fim, lhe forem apresentados pelos interessados.
 - (C) Compete à secretaria das Varas do Trabalho a realização das penhoras e demais diligências processuais.
 - (D) Na falta ou impedimento do Oficial de Justiça ou Oficial de Justiça Avaliador, o Juiz poderá atribuir a realização do ato a qualquer serventuário.
 - (E) No caso de avaliação, terá o Oficial de Justiça Avaliador, para cumprimento do ato, o prazo de 15 (quinze) dias.
52. O número máximo de testemunhas admitido em lei para cada uma das partes nos dissídios individuais trabalhistas nos procedimentos ordinário, sumaríssimo e inquérito para apuração de falta grave, respectivamente, é de
- (A) duas, três e quatro.
 - (B) três, duas e seis.
 - (C) três, três e três.
 - (D) cinco, três e seis.
 - (E) cinco, três e cinco.
53. A empresa Alfa, executada em ação trabalhista, foi citada para pagar o débito ou garantir a execução, sob pena de penhora. Nesta situação, em relação à nomeação de bens à penhora, deve-se observar
- (A) a ordem preferencial estabelecida no art. 655 do Código Processual Civil.
 - (B) as disposições contidas na legislação do Imposto de Renda.
 - (C) o interesse ou conveniência do executado.
 - (D) a preferência por bens imóveis sobre os demais.
 - (E) que indicação do exequente, independente de ordem preferencial.



54. Das decisões proferidas no âmbito da Justiça do Trabalho são admissíveis os seguintes recursos:
- (A) apelação infringente, recurso de revista e embargos.
 - (B) recurso infringente extraordinário, agravo retido e recurso de revista.
 - (C) agravo de instrumento, embargos e recurso especial.
 - (D) recurso ordinário, recurso de revista e agravo de petição.
 - (E) agravo de petição, apelação e recurso especial.

Direito Processual Civil

55. O Oficial de Justiça, ao cumprir o mandado de citação, verificando que o réu é demente,
- (A) passará certidão, descrevendo minuciosamente a ocorrência, e o juiz nomeará um médico para examinar o citando.
 - (B) devolverá o mandado informando o juízo, que imediatamente nomeará curador de sua confiança para receber a citação e defender o réu.
 - (C) fará a citação e devolverá o mandado cumprido, cabendo apenas ao réu alegar a nulidade.
 - (D) fará a citação com hora certa, porque, nesse caso, o citando será cientificado por carta.
 - (E) fará a citação na pessoa de qualquer parente ou pessoa que esteja na companhia do citando.
56. Suspende-se o processo
- (A) quando as partes transigirem.
 - (B) quando ocorrer confusão entre autor e réu.
 - (C) somente pela convenção das partes, observado o prazo máximo de um ano.
 - (D) quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal.
 - (E) pela morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, do seu representante legal, ou seu procurador.
57. O arresto tem lugar
- (A) quando, havendo disputa sobre a posse ou a propriedade de bens móveis, houver fundado receio de rixas ou danificações.
 - (B) quando o devedor sem domicílio certo, intenta ausentar-se ou alienar os bens que possui, ou deixa de pagar a obrigação no prazo estipulado.
 - (C) quando, havendo disputa sobre a posse ou a propriedade de bens imóveis, houver fundado receio de rixas ou danificações.
 - (D) nos mesmos casos em que se admite o sequestro.
 - (E) apenas quando o devedor, tendo ou não domicílio certo, cair em insolvência.

58. Sobre o cumprimento de sentença é correto afirmar:

- I. É definitiva a execução de sentença transitada em julgado e provisória quando se tratar de sentença impugnada por recurso recebido somente no efeito devolutivo.
- II. O devedor condenado em quantia certa será citado pessoalmente para pagá-la no prazo de quinze dias, acrescida de multa de 10%.
- III. A impugnação não poderá versar sobre penhora incorreta ou avaliação errônea.
- IV. Do auto de penhora e de avaliação será de imediato intimado o executado, na pessoa de seu advogado ou, na falta deste, o seu representante legal, ou pessoalmente, por mandado ou pelo correio, podendo oferecer impugnação, querendo, no prazo de quinze dias.
- V. O excesso de execução poderá ser alegado em impugnação, tendo o executado de declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de rejeição liminar dessa impugnação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e V.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e V.
- (D) I, IV e V.
- (E) II, IV e V.

59. A ação monitória compete

- (A) somente a quem possui título executivo.
- (B) a quem pretender, com base em depoimentos de testemunhas, receber quantia certa que reputa devida.
- (C) a quem pretender, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel.
- (D) a quem não possuir prova escrita de seu crédito e deseja fazer essa prova mediante outros meios permitidos no processo.
- (E) a quem deseja reivindicar coisa infungível com base em documento escrito, bem como o recebimento de quantia em dinheiro com base em documento escrito sem força executiva.

60. A testemunha intimada a comparecer à audiência, se

- (A) nada puder informar sobre os fatos, não será obrigada a comparecer.
- (B) deixar de comparecer, ficará impedida de depor em outra ocasião, prejudicando a parte que a arrolou.
- (C) deixar de comparecer, será processada pelo crime de desobediência, mas não poderá ser conduzida contra sua vontade.
- (D) deixar de comparecer, sem motivo justificado, será conduzida, respondendo pelas despesas do adiamento.
- (E) não comparecer espontaneamente, deverá ser trazida pela parte que a arrolou em outra sessão de audiência que o Juiz designar.

**DISCURSIVA – REDAÇÃO**

Atenção: Na Prova Discursiva – Redação, a folha para rascunho é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora.

A Declaração de Chapultepec é uma carta de princípios e coloca “uma imprensa livre como uma condição fundamental para que as sociedades resolvam os seus conflitos, promovam o bem-estar e protejam a sua liberdade. Não deve existir nenhuma lei ou ato de poder que restrinja a liberdade de expressão ou de imprensa, seja qual for o meio de comunicação”. O documento foi adotado pela Conferência Hemisférica sobre Liberdade de Expressão realizada em Chapultepec, na cidade do México, em 11 de março de 1994.

(<http://www.anj.org.br/programas-e-acoaes/liberdade-de-imprensa/declaracao-de-chapultepec>)

Ainda que o Brasil tenha assinado a declaração em 1996 e renovado o compromisso em 2006, não é incomum a defesa de que limites deveriam ser impostos à liberdade de imprensa, mas até que ponto isso poderia ser feito sem prejuízo da liberdade de expressão e do direito à informação?

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

Liberdade de imprensa, desenvolvimento da sociedade e direitos individuais

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região
Pernambuco - Analista e Técnico Judiciário**

Gabaritos Preliminares – Prova em 27/05/12

Relação dos gabaritos

C. Gerais/C. Específ./Redação

Cargo ou opção B02 - AN JUD-ÁREA JUD - ESP EXECUÇÃO DE MANDADOS

Tipo gabarito 1

001 - B	011 - A	021 - C	031 - B	041 - D	051 - E
002 - C	012 - E	022 - C	032 - E	042 - B	052 - B
003 - E	013 - B	023 - B	033 - A	043 - C	053 - A
004 - D	014 - D	024 - E	034 - D	044 - E	054 - D
005 - A	015 - C	025 - B	035 - E	045 - E	055 - A
006 - C	016 - E	026 - A	036 - B	046 - A	056 - E
007 - B	017 - B	027 - E	037 - A	047 - C	057 - B
008 - A	018 - C	028 - C	038 - D	048 - D	058 - D
009 - E	019 - B	029 - D	039 - C	049 - C	059 - C
010 - D	020 - D	030 - A	040 - A	050 - B	060 - D